



# Linha de Frente

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão • Ano II nº 03 • Março/Abril 2009



**Sindjus assina contrato de filiação com o Dieese.....pág 3**

**Homenagens marcaram inauguração do Solar do Sindjus.....pág 4**

**Magistrados recebem pagamento dos retroativos do auxílio moradia..pág 9**

**AL aprova reajuste de 5.9% para os servidores do TJMA.....pág 11**

**Secretários Judiciais precisam ter nível superior.....pág 12**

**Avaliações de Desempenho são Discutidas em TeleConferência.....pág 8**

## Insalubridade prejudica saúde e qualidade de vida dos servidores

A situação se estende desde 2005, data do primeiro dos 129 processos que aguardam uma solução definitiva da administração do Tribunal para

a concessão do adicional de insalubridade. Enquanto a solução caminha em passos lentos os servidores vivenciam as conseqüências desse atraso.

## Sindjus comemora 15 anos

Momentos de confraternização e debate político marcaram o aniversário de 15 anos do Sindjus. No dia 28 de abril, mais de 400 pessoas - entre sócios, familiares, amigos e convidados - compareceram ao espaço Conseven para participar do evento. **pág 5 e 6**



# Editorial

**E**ntrar na linha de frente de uma batalha é quase sempre um fator decisivo para a conquista da vitória. Pode ser a linha de frente de um exército numeroso, de um pequeno grupo esperançoso ou mesmo de uma única pessoa cheia de fé. Sem dúvida, ocupar a linha de frente é uma decisão estratégica. O Sindjus vive justamente esse momento, união é a palavra de ordem. Estar na linha de frente de iniciativas, articulações políticas e militância é o caminho rumo às reivindicações dos servidores.

É motivado por esse sentimento que o jornal do Sindjus também recebe um novo nome. Escolhido com 58% dos votos dos internautas, Linha de Frente resgata a identidade do primeiro jornal do sindicato. O novo site também está no ar, o layout mais clean garante uma leitura agradável. Além disso, novos serviços estão em construção para melhorar a funcionalidade do site, lembrando que sugestões são sempre bem vindas.

São mudanças que ainda vivem o espírito de comemoração pelos 15 anos do Sindjus. No dia 28 de março, o sindicato festejou a data com três presentes: a inauguração da casa de apoio Solar do Sindjus, a festa de confraternização e a maior assembleia geral da categoria já realizada na história do sindicato. Os sócios assistiram shows de artistas maranhenses e participaram do sorteio de diversos prêmios, incluindo, o tão esperado carro 0km.

A assembleia geral foi marcada pelo forte debate político que resultou na aprovação plenária de importantes decisões, entre elas, a filiação ao Dieese que irá subsidiar a diretoria do Sindjus nas negociações com o Tribunal de Justiça. A principal tarefa do Dieese agora é elaborar uma proposta para o realinhamento salarial dos técnicos, comissários e oficiais de justiça. Os especialistas do Dieese vão estudar a capacidade financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão e adequar a proposta aos anseios da categoria.

Além dessas novidades relacionadas à atividade sindical, o jornal do Sindjus também registra os principais acontecimentos que recentes movimentaram o Tribunal de Justiça do Maranhão. Um deles envolvendo o pagamento dos retroativos do auxílio moradia aos juizes e desembargadores. O CNJ também confirmou no dia 31 de março, a exigência de formação universitária para provimento do cargo de Secretário Judicial. O TJMA tem seis meses para atender a exigência do Conselho.

Confira também uma matéria sobre a insalubridade no TJMA, informes sobre a ação de execução da gratificação técnica judiciária e sobre as últimas adesões ao plano de saúde Unimed com carência zero.

O jornal traz ainda uma publicação especial sobre as condições de trabalho, remuneração e atribuições dos servidores da Justiça Federal.

Boa leitura.

## EXPEDIENTE

**SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDJUS/MA**  
CNPJ 11.013.025/0001-90  
Registro no Ministério do Trabalho e do Emprego nº 46.000/2002 – 34  
Endereço: Rua das Cajazeiras, nº 43, Centro  
E-mail: sindjus\_ma@hotmail.com

**PERÍODO DO MANDATO:** De 03 de Maio de 2008 até 03 de Maio de 2011.

**GESTÃO:** "Sindjus Independente e Democrático"

**Linha de Frente é uma publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão.**

**Sede administrativa:** Rua das Cajazeiras nº 43, Centro. São Luís (MA)

**Telefone:** (98) 3232 6454 Site: www.sindjus.org.br

**Jornalista Responsável:** Poliana Sales Alves (SRTE MA 837)

**Fotos:** Poliana Sales, Karlinhos Matos, Agência CNJ e Arquivo Sindjus

**Tiragem:** 3.000 exemplares

**Sugestões e críticas:** imprensa@sindjus.org.br

### Diretoria

**Presidente:** Aníbal da Silva Lins

**Vice-presidente:** Rivelino Alves Pereira

**Secretário geral:** Elisangela Evangelista Anunciação

**Segundo secretário:** Antônio Francisco Coutinho Pereira

**Tesoureiro:** Márcio Luiz Andrade Souza

**Segundo tesoureiro:** Sergio Lima Cavalcante

**Secretário de cultura e promoção social:** João Batista Marques de Castro

**Secretário de patrimônio:** Daniel Mendes de Moraes Sousa

**Secretário de esportes e lazer:** Armstrong Clay Vieira Ribeiro

**Secretário de assuntos jurídicos:** Deudson Oliveira Amorim

**Conselho fiscal:** Marcos Valério Alves Nepomuceno / Rosane Romeiro de Paula Sena / Rômulo e Sousa Neves

**Suplentes:** Armstrong Gomes Mendonça / Janaira Costa Silva / Liamary Brandão França

# Sindjus assina contrato de filiação com o Dieese

**P**ara qualificar a ação da diretoria do Sindjus durante os processos de negociação salarial e potencializar resultados favoráveis para os trabalhadores do judiciário maranhense, o sindicato filiou-se ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE.

O presidente do Sindjus, Aníbal Lins, o vice, Rivelino Alves, o tesoureiro, Márcio Luiz, e o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Oliveira, se reuniram na nova sede do Sindjus no dia 31 de março para acertar o contrato de filiação que já foi aprovado pela coordenação executiva do Dieese.

A filiação ao Dieese foi deliberada na última assembléia geral do sindicato. O departamento intersindical prestará serviços de assessoria as negociações do Sindjus com o TJMA. Os técnicos da instituição vão produzir estudos e participar de reuniões de planejamento ou avaliação de campanhas salariais, assembléias, congressos e ministrar seminários de capacitação sobre finanças e orçamento público para os dirigentes sindicais e a categoria em geral.



Diretores do Sindjus em reunião com o coordenador de relações sindicais do Dieese, José Silvestre Oliveira

O primeiro trabalho do Dieese é produzir um diagnóstico sobre a situação financeira e orçamentária do TJMA e, depois, elaborar uma proposta definitiva para a implantação do realinhamento salarial dos servidores. Como o departamento não tem um escritório no Maranhão, o Sindjus será atendido por especialistas dos escritórios do Dieese localizados nas regiões Norte e Nordeste. O Sindjus é o único sindicato dos servidores públicos de Maranhão filiado ao Dieese.

## Serviços que serão prestados pelo Dieese

- Estudos salariais para negociação;
- Estudos específicos;
- Assessoria a negociação coletiva;
- Palestras, debates e reuniões;
- Participação de eventos de formação sindical;

## Diretores solicitam prestações de contas do Tribunal de Justiça ao TCE

**N**o dia 20 de abril, a diretoria do Sindjus solicitou ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão cópias das prestações de contas do Tribunal de Justiça. O objetivo dos diretores é submeter esses dados, junto com a previsão orçamentária do

Judiciário maranhense de 2009, para a análise dos economistas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos-DIEESE.

É com bases nessas informações que o DIEESE fará o seu diagnóstico sobre a real capacidade financeira e

orçamentária do TJMA para atender a reivindicação de realinhamento salarial dos técnicos, comissários, oficiais de justiça e também de várias outras demandas dos trabalhadores. O conselheiro Yedo Lobão é o relator do pedido do Sindjus ao TCE.

# Homenagens marcaram inauguração do Solar do Sindjus



A servidora Raimunda Pimentel entrega placa de homenagem ao sindicalista Giovanni Ferraz do RS

O dia 28 de abril foi escolhido para ficar na história do sindicato. Neste dia, foi inaugurada a casa de apoio Solar do Sindjus, sede própria da entidade, localizada na Rua das Cajazeiras, nº 43, Centro de São Luís. A cerimônia contou com a participação de servidores, diretores, assessores e convidados especiais do Sindjus. Entre eles, os sindicalistas Giovanni Ferraz do SINDJUS/RS, Joel Moura, Eljo Tenório e Elson Lacerda, do SINDJUD/PE.

Aníbal Lins, presidente do Sindjus, oficializou a entrega da sede comprada no dia 19 de janeiro para hospedar os sócios das comarcas do interior que precisarem vir a São Luís para tratar de assuntos de trabalhovv. Aproveitando a ocasião, Aníbal Lins relembrou a trajetória de luta do Sindjus e destacou a importância da compra do imóvel para os sócios e para as demandas do sindicato.

Aníbal Lins também agradeceu a dedicação dos diretores por mais essa conquista da categoria e, principalmente, para os sócios que acreditaram na luta da entidade por melhores condições de

trabalho, qualidade de vida, e conquistas. Nas palavras do vice-presidente, Rivelino Alves, a conquista da nossa sede própria é o marco dos 15 anos do Sindjus.

Foram homenageados Giovanni Ferraz do SINDJUS/RS, Joel Moura, Eljo Tenório e Elson Lacerda, do SINDJUD/PE por terem contribuído com o crescimento da entidade. “No momento de dificuldade e perseguição, quando nós diretores éramos proibidos até mesmo de nos reunir, recebemos manifestações de solidariedade desses sindicalistas. Para agradecer o apoio e a parceria desses companheiros de luta prestamos essa homenagem”, disse Lins.

“Esse dever de fazer política sindical não é fácil, principalmente, se for junto ao poder judiciário brasileiro. O Sindjus



está de parabéns por mais essa conquista, sem dúvida, vocês são referência para o Brasil. Nós do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Pernambuco nos identificamos com a história de luta do Sindjus”, destacou Eljo Tenório, presidente do Sindjupe, ao ser homenageado.



Aníbal Lins agradece os sócios e a diretoria do Sindjus pela dedicação à história da entidade

Provisoriamente, a casa de apoio também funciona como sede administrativa do sindicato. Para 2010, o Sindjus planeja inaugurar também sua sede recreativa e a colônia de férias para seus associados em geral.

# Comunicado: Gratificação Técnica Judiciária

No dia 30 de abril foi publicado no site do Sindjus a relação dos Oficiais de Justiça contemplados no mandado de segurança impetrado pelo SINDJUS/MA em 2004, transitado em julgado perante o Superior Tribunal de Justiça. O mandado de segurança tem como objeto o pagamento da gratificação judiciária entre o período de agosto de 2004 a dezembro de 2005.

Essa relação foi elaborada a partir de informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, mas como foram detectadas imprecisões quanto à data de entrada em exercício e exoneração dos servidores bem como a classe a que pertence cada oficial de justiça – A, B, C e D. Vale lembrar que somente têm direito as diferenças decorrentes do mandado de segurança os Oficiais de Justiça vinculados ao Tribunal no período de agosto de 2004 a dezembro de 2005.

Por conta das imprecisões dos dados fornecidos pelo TJMA, pedimos aos Oficiais de Justiça que verifiquem seus dados na relação e se necessário, façam as devidas correções referentes a entra-

da em exercício, classe e situação ou confirmem se as informações estiverem corretas conforme o modelo de formulário também disponível no site e encaminhem via email para [sindjus\\_ma@hotmail.com](mailto:sindjus_ma@hotmail.com).

Caso o servidor Oficial de Justiça tenha mantido vínculo com o Tribunal de Justiça no período de agosto de 2004 a dezembro de 2005 e seu nome não esteja incluído nessa lista, favor pedir seus assentamentos funcionais no setor de Divisão de Cadastro do TJMA e encaminhar para o Sindjus via email [sindjus\\_ma@hotmail.com](mailto:sindjus_ma@hotmail.com) ou fax 3232 5497 para que sejam feitos os cálculos das diferenças da gratificação.



Pedro Duailibe Mascarenhas, assessor jurídico do Sindjus

Os oficiais de justiça devem confirmar ou corrigir seus dados, bem como encaminhar seus assentamentos funcionais caso seu nome não esteja na lista e ele faça jus a gratificação até o próximo dia 30 de maio, data limite para execução da ação.

A lista está disponível no site do Sindjus: [www.sindjus.org.br](http://www.sindjus.org.br)

## Ação dos 21,7% aguarda julgamento em segunda instância

No dia 9 de março, o juiz Megbel Abdala julgou procedente a ação ordinária nº 11897/2007 ajuizada pelo Sindjus para cobrar a diferença dos 21,7% em favor dos motoristas, telefonistas, auxiliares, técnicos, comissários e oficiais de justiça filiados a entidade.

A Lei Estadual nº 8.369/2006 concedeu reajuste de 8,3% para os servidores

de nível médio e reajuste de 30 % para os servidores do Grupo Operacional Atividade de Nível Superior, do Grupo Atividades Artísticas e Culturais – Atividades Profissionais e do Grupo Atividades Meteorológicas desde o dia 1º de março de 2006.

Como a lei estabeleceu percentuais de reajuste diferenciados houve desrespeito a Constituição Federal e, na condição de

substituto processual, o Sindjus ajuizou uma ação ordinária pleiteando a diferença de 21,7%(30% - 8,3%). Agora, a ação aguarda julgamento em Segundo Grau no Tribunal de Justiça do Maranhão, que pode tanto confirmar a sentença do juiz Megbel Abdalla, como pode também reformá-la. Esse é um procedimento normal por se tratar de uma ação de cobrança contra a Fazenda Pública.

# SINDJUS COMEMORA 15 ANOS COM ASSEMBLÉIA



**M**omentos de confraternização e debate político marcaram o aniversário de 15 anos do Sindjus. No dia 28 de abril, mais de 300 pessoas - entre sócios, familiares, amigos e convidados - compareceram ao espaço Conseven para participar do evento. O dia começou com a inauguração da casa de apoio do Sindjus e depois foi servida uma feijoada com animação do forró pé-de-serra chá de catuaba.

A programação seguiu com a realização da maior assembléia geral da história do sindicato com forte participação política da categoria. Com destaque para a presença dos sindicalistas Joel Moura, Élson Lacerda e Eljo Tenório, diretores do Sindicato dos Servidores da Justiça de Pernambuco, e Luiz Giovanni Ferraz, ex-secretário geral do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul que compartilharam suas experiências de militância com os servidores e sindicalistas do Maranhão.

Joel Moura, sindicalista do Sindjupe, iniciou o debate elogiando os servidores pelas suas conquistas. “É importante o Sindjupe está aqui porque a luta é nacional, tudo que é bom que um estado conquista deve ser copiado. O Sindjus só tem todas essas conquistas porque tem uma categoria que o apóia. Vale a pena os servidores acreditarem nessa luta. Tenho certeza que o Maranhão é um exemplo para o Brasil”, destacou Moura.

Os servidores realizaram um longo debate que terminou na aprovação plenária da contratação do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE e da convocação dos auxiliares judiciários que integram a direção do Sindjus para reforçar a comissão de negociação do sindicato pela aprovação da mudança de escolaridade do cargo do nível fundamental para o nível médio.

Ficou decidido ainda que o Sindjus irá pressionar o Conselho Nacional de Justiça para que vote, em regime de urgência, entre outras matérias, a jornada de trabalho de trinta horas semanais, para todos os servidores efetivos do TJMA, bem como

o direito de receber adicional por serviços extraordinários, na forma prevista pelo Estatuto dos Servidores do Maranhão, nas situações em que os trabalhadores desenvolvem atividades além da seis horas diárias, a exemplo do que acontece com os motoristas e comissários de menores.

## COMEMORAÇÕES

A batida forte do Tambor de Crioula do mestre Felipe, a sensualidade do cacuriá de Dona Teté e a combinação da beleza e das coreografias da CIA Barrica animaram a festa de 15 anos do Sindjus. A programação foi idealizada pelo músico e compositor maranhense Celso Reis que reuniu manifestações genuínas da cultura do Maranhão.

Durante a apresentação das brincadeiras foram sorteados prêmios aos sócios. A servidora Railene Bezerra ganhou um MP4, Lilia Santos ganhou um DVD e o sócio Francisco Rocha levou para casa uma TV LCD 32. O momento mais esperado foi o sorteio do GOL NF 0km que teve como vencedor o sócio da comarca de São João Batista, Antônio Luís Araújo.



# LEIA GERAL, FESTA E SORTEIO DE CARRO OKM

## TRAJETÓRIA

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão foi fundado em 16 de março de 1994 com registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o nº 4.575 para atuar em defesa da categoria em todo o Estado do Maranhão.

Ao longo desses 15 anos, o Sindjus não apenas conquistou melhores salários e condições de trabalho para os servidores da justiça, como bem definiu o diretor do Sindjupe, Joel Moura, durante as comemorações do aniversário do sindicato, “nós somos testemunhas de que Sindjus cresceu rápido. Não conquistou apenas melhores salários, mas, principalmente, maturidade política”, disse Moura.

Para a servidora Raimunda Pimentel da comarca de Codó, o maior diferencial do Sindjus foi fazer o Tribunal de Justiça valorizar os servidores. “Sem dúvida, o Sindjus é hoje o sindicato mais representativo do funcionalismo público. Com um excelente trabalho de assessoria jurídica que vem garantindo ao longo desses anos a conquista de muitos direitos”, destacou.

Nas palavras do servidor George de Jesus Ferreira da comarca de Viana, o Sindjus é o grande braço direito dos trabalhadores. “A diretoria do sindicato está de parabéns porque em pouco tempo já temos muitas vitórias, o PCCV, auxílio alimentação etc. O Sindjus foi a grande força para conquista desses benefícios”, explicou Ferreira.

Marco Aurélio Nogueira, técnico judiciário de São Luís, identifica outro aspecto diferenciado na trajetória do sindicato. “O Sindjus é motivo de orgulho para os servidores por ser um sindicato coletivo e, principalmente, humano e pessoal. É por esse aspecto que além de ser um dos melhores sindicatos do Maranhão é também referência para o Brasil”, disse o servidor.



## NOTA

A Federação dos Servidores Públicos no Maranhão pagou a maior parte das despesas da festa de 15 anos do Sindjus. A Fesep investiu 30 mil reais na compra dos prêmios que foram sorteados, no aluguel dos ônibus e do Conserven, na compra das passagens dos convidados e pagou todas as despesas de hospedagem dos sócios.



## Ganhador do GOL NF já recebeu o prêmio

Um dia após o sorteio, o sócio Antonio Luís Soares Araújo, recebeu das mãos do presidente do Sindjus, Aníbal Lins, e do vice, Rivelino Alves, as chaves do veículo. O sócio agradeceu a diretoria do Sindjus e demonstrou emoção ao receber o prêmio. Todos os servidores sindicalizados concorreram ao sorteio que tinha o objetivo de homenagear os sócios que contribuíram com a história e o patrimônio da entidade ao longo dos seus 15 de existência.

# AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO SÃO DISCUTIDAS EM TELECONFERÊNCIA

No dia 14 de março, o Sindjus promoveu uma teleconferência no auditório da Universidade Virtual do Maranhão para discutir com a administração do TJMA a avaliação de desempenho funcional dos servidores efetivos e em estágio probatório.

Participaram do debate o assessor jurídico do Sindjus, Pedro Duailibe Mascarenhas, o diretor de recursos humanos do TJMA, Aurino Rocha, o vice-presidente do Sindjus, Rivelino Alves e o diretor de assuntos jurídicos do sindicato, Deuson Amorim. Os servidores acompanharam a teleconferência através da tecnologia IP.TV nos 17 pólos tecnoló-

gias da Univima no interior do Estado. questões delicadas. “A avaliação deveria ter mais cuidado com a impessoalidade, não estamos julgando se o servidor é útil, mas se ele está apto ou não a exercer o cargo. A impessoalidade evita o interesse pessoal do avaliador e impede que a avaliação sirva como um meio de doutrinação dos servidores. Uma avaliação impessoal é mais segura”, disse o advogado.

Aurino Rocha, diretor de recursos humanos do TJMA, admitiu que o formulário de avaliação é realmente subjetivo, mas que o Tribunal acreditou na seriedade e no compromisso dos chefes e dos magistrados na aplicação dessas avaliações.

O diretor tentou explicar para os servidores que o objetivo da avaliação não é punição, mas a aprovação no estágio probatório, a primeira progressão e a conquista da estabilidade, caso o servidor já tenha concluído os 36 meses.

## QUESTIONAMENTOS

O servidor Gleidson, auxiliar judiciário da comarca de Caxias, reclamou das condições dos computadores da comarca e questionou o diretor do TJMA pelo fato dos servidores não receberem capacitação. “O Tribunal empenha-se para criar relatórios de avaliação, mas não se empenha para motivar seus os servidores, realizar treinamentos e outros programas



de qualificação”, enfatizou o servidor.

O diálogo entre sindicalistas, servidores e a administração do TJMA sobre os procedimentos da avaliação de desempenho funcional foi um momento importante proporcionado pelo Sindjus já que os servidores puderam tirar suas dúvidas e, principalmente, serem ouvidos pela administração do Tribunal.

## NOTA

O juiz Fernando Jorge da Comarca de Buriti Bravo entrevistou individualmente cada servidor e resolveu dar o conceito excelente para todos. A decisão do juiz foi previamente ratificada pelo Secretário Judicial Livindo Sipaubá. Essa atitude demonstrou o trabalho harmonioso e afinado da comarca com o bom atendimento jurisdicional. O juiz Fernando Jorge e o secretário judicial Livindo Sipaubá estão de parabéns e deveriam ser exemplo para o Maranhão.

Segundo informações do diretor de assuntos jurídicos do Sindjus, Deuson Amorim, depois da teleconferência pelo menos quinze servidores procuram orientações do assessor jurídico do Sindjus, Pedro Duailibe, e dos diretores do sindicato sobre como proceder no pedido de reconsideração da avaliação.



gicos da Univima no interior do Estado.

O advogado Pedro Duailibe justificou a importância do acompanhamento do processo de avaliação dos servidores pelo Sindjus. “É importante que a administração do Tribunal de Justiça escute a liderança sindical, pois a intenção do sindicato é discutir a forma mais segura de avaliação dos servidores. Nós queremos um serviço público eficiente, mas temos a preocupação e o compromisso de que os servidores devem ser avaliados com segurança”, falou o assessor.

Pedro Duailibe questionou a subjetividade do formulário de avaliação aplicado pelo Tribunal de Justiça. Para o advogado o formulário põe em julga-

# Seminário debaterá auxílio moradia concedido a juizes e desembargadores



Diretoria do Sindjus discute realização do Seminário

Por que juizes que trabalham no interior do Estado, e residem na Capital, tem direito a receber auxílio moradia e os servidores não tem? Por que o Tribunal de justiça nega realinhamento dos servidores por causa da crise e repassa 60 milhões para juizes e desembargadores?

Essas e outras perguntas serão discutidas no I Seminário Observatório do Judiciário que é uma iniciativa do Sindjus para a fiscalização e contro-

le das instâncias judiciais do Maranhão. Durante a última reunião da diretoria do sindicato, dia 25 de abril, ficou acertada a realização deste seminário com o objetivo de chamar atenção da sociedade civil e da opinião pública em geral para a gestão do Poder Judiciário no Estado do Maranhão.

Em parceria com diversas entidades e lideranças da sociedade civil, o seminário deverá acontecer no Auditório da Área de Vivência do Campus da UFMA, em São Luís. A data ainda não está confirmada, mas será anunciada em breve no site do Sindjus. Participe!

## Magistrados recebem pagamento dos retroativos do auxílio moradia

Desembargadores e juizes maranhenses já receberam os retroativos do auxílio moradia concedido pelo TJMA, com base nos autos do processo administrativo nº 46048/2009 de iniciativa da Associação dos Magistrados.

Segundo denúncias veiculadas na imprensa maranhense, cada um dos 24 desembargadores teve depositado em sua conta bancária R\$ 45 mil no dia 14 de abril, antes mesmo da publicação do decreto 25.295 que autoriza o pagamento como parte do acordo celebrado entre o Executivo e o Judiciário, no dia 9 de abril de 2009.

Para apurar essas denúncias e observar pela legalidade, transparência

e moralidade desse processo - já que envolve verbas públicas - o Sindjus protocolou no dia 23 de março um requerimento solicitando ao presidente do TJMA o acesso à cópia do processo administrativo que trata do pagamento dos retroativos.

No entanto, para a surpresa da diretoria, Raimundo Cutrim indeferiu o pedido do sindicato mesmo depois de ter se comprometido com o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, e o vice, Rivelino Alves, em reunião no dia 27 de março, em prestar todas as informações que fossem necessárias para comprovar a legalidade do processo.

Depois da negativa do presidente, o Sindjus entrou com um pedido de pro-

vidências no CNJ para que o Conselho analisasse os procedimentos adotados pela administração do TJMA. O conselheiro Felipe Locke, relator do processo, respondeu o pedido determinando liminarmente o arquivamento da solicitação feita pela entidade.

“O conselheiro decidiu monocraticamente e às escuras, sem sequer pedir informações ao TJMA ou mesmo a cópia do processo administrativo que trata sobre o pagamento dos retroativos. Por esse motivo, o Sindjus aguarda agora recurso da decisão do pleno do CNJ visando esclarecer se o que está acontecendo especificamente no Maranhão é legal ou não”, contestou o presidente do Sindjus, Aníbal Lins.

# Insalubridade prejudica saúde e qualidade de vida dos servidores

**S**alas sem ventilação, umidade, fungos, mofo, ácaros e até dejetos escorrendo pelas paredes. Tudo isso somado ao desgaste físico e emocional dos servidores que sofrem com problemas de saúde, e com a má qualidade de vida causada pelo ambiente de trabalho insalubre de diversos setores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A situação se estende desde 2005, data do primeiro dos 129 processos que aguardam uma solução definitiva da administração do Tribunal para a concessão do adicional de insalubridade. Enquanto a solução caminha em passos lentos os servidores vivenciam as consequências desse atraso.

Segundo informações dos servidores e do próprio Tribunal de Justiça do Maranhão, através de notícias públicas no site do órgão, setores como a folha de pagamento e divisão de transporte, coordenação de arquivo, informática e demais departamentos do Fórum, das Varas e Juizados da Capital, já foram inspecionadas por peritos oficiais da Junta Médica do Estado no mês de junho de 2008. Entretanto, quase um ano depois, ainda não foram finalizadas.

O Tribunal de Justiça alega a falta de peritos disponíveis para realizar as inspeções, mas também não busca outra solução para resolver o problema. Já são quatro anos de espera. Segundo informações do perito Antonio Calvet, responsável pelas inspeções no TJMA, as primeiras perícias constataram um alto nível de insalubridade em diversas unidades do órgão.

“Os servidores do Tribunal de Justiça trabalham em prédios sucateados, com instalações elétricas precárias. No setor de Arquivo e de Informática, eles estão expostos não apenas a riscos de saúde, mas até mesmo riscos de incêndios”, disse o médico. O perito comentou que também constatou no setor de informática a presença de fezes e outros dejetos escorrendo pelo teto.

Independente das questões proces-

suais para concessão do adicional de insalubridade, o Tribunal ainda não tomou nenhuma providências emergenciais para resolver o problema dos ambientes insalubres. No departamento de informática, depois de constatada as precárias condições, foi feita uma pequena reforma que segundo os servidores não resolveu a situação. No setor de divisão de cadastro, os servidores manuseiam documentos antigos sem nenhum equipamento de proteção



## NOTA

- O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo, conforme prevê artigo 192 da CLT.
- A Resolução N 15 regulamenta a questão da insalubridade e pode ser consultada no site do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Entre os 129 processos que solicitam a concessão do adicional de insalubridade está o processo de número 10509/2008 assinado pelo presidente do Sindjus Aníbal Lins pedindo adicional para os servidores do setor médico e o processo de número 15477/2008 assinado pelo assessor jurídico Pedro Duailibe solicitando adicional para as telefonistas.

individual, como luvas ou máscaras. Eles reclamam de constantes problemas de saúde como rinite alérgica, sinusite, alergias, etc.

Para o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, mais que garantir o pagamento do adicional de insalubridade, o sindicato quer assegurar que o Tribunal tome providências para neutralizar a insalubridade desses setores. De acordo com Antonio Calvet, medidas como a reforma dos prédios, o uso adequado de equipamentos de segurança e, ainda, a desoxigenação do ar no Arquivo e setores que trabalham com materiais com grande acúmulo de ácaros, seria a forma de garantir uma qualidade da saúde dos trabalhadores.

A questão já foi denunciada ao CNJ. O Sindjus informou ao Conselho que a Junta Médica do Estado já iniciou as perícias no ano passado, fato que contradiz a justificativa apresentada pelo TJMA de que ainda não autorizou o pagamento do adicional de insalubridade por motivo da suposta inexistência de um perito médico disponível para fazer a inspeção.

No dia 6 de abril, o Sindjus entregou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a relação das testemunhas que deverão ser ouvidas em audiência pública no CNJ contra a inércia do TJMA no enfrentamento do problema da insalubridade no ambiente de trabalho.



A Assembléia Legislativa do Maranhão aprovou no dia 11 de maio o reajuste de 5,9% dos servidores do TJMA. Foi decisiva a articulação do deputado Chico Gomes para a aprovação do projeto de autoria do Tribunal de Justiça. O deputado conversou com o vice-presidente do Sindjus, Rivelino Alves e o diretor de assuntos jurídicos, Deuson Amorim, e se comprometeu a convocar os demais deputados para se fazerem presentes a sessão- quórum mínimo de 22 deputados. Agora, o Sindjus trabalha para que a matéria seja sancionada em regime de urgência pela governadora Roseana Sarney.

## IMPOSTO SINDICAL

Todos os servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão contribuíram com o imposto sindical referente a 2009. A cobrança foi autorizada por decisão do Superior Tribunal de Justiça em 2008. O STJ julgou legítima a cobrança da contribuição sindical com fundamento no art. 578 da CLT. Esse artigo dispõe que a contribuição deve ser descontada de todos empregados sempre no mês de março.

Por conta da cobrança do imposto, o Sindjus solicitou a suspensão do desconto da mensalidade do sindicato no mês de março. Por um erro da folha de pagamento, lamentavelmente, cento e oito servidores filiados tiveram a mensalidade descontada na folha. A próxima edição do jornal traz uma matéria demonstrando como o dinheiro foi aplicado pelo Sindjus.

## ARTICULAÇÃO

Preocupados com a demora na aprovação do projeto dos 5,9% o vice-presidente do Sindjus, Rivelino Alves, e o diretor de assuntos jurídicos, Deuson Amorim, conversaram com o deputado Chico Gomes para garantir o apoio do deputado líder da bancada do governo para aprovação do reajuste dos servidores. Com o mesmo objetivo, o presidente do Sindjus, Aníbal Lins, conversou com o ex-deputado e atual secretário de saúde Ricardo Murad.



## FESEP

Além de ter custeado parte das despesas da festa de 15 anos do Sindjus, a Federação dos Servidores Públicos no Maranhão- Fesep também entrou com um pedido de providências no Conselho Nacional de Justiça solicitando que os conselheiros emitam uma nota técnica opinando pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 190 de autoria

do deputado Flávio Dino. A PEC 190/07 estabelece o Estatuto dos Servidores do Judiciário. Esse estatuto seria único, baseado na Justiça Federal para unificação das remunerações, nomenclaturas, atribuições e carreiras dos servidores. A PEC 190 está sendo aguardada com anseio pela categoria dos trabalhadores do Judiciário em todo o país.

## UNIMED

O Sindjus avisa aos sócios interessados em aderir ao plano de saúde Unimed que estão sendo feitas as últimas adesões com direito a carência zero, exceto para planos com obstetrícia. Nesse caso, a carência é de dez meses.

A documentação (ficha de inclusão, declaração de saúde, requerimento do auxílio saúde, ficha de autorização de débito automático), a xerox do RG, CPF, comprovante de residência e contracheque do sócio e o comprovante de pagamento da 1ª mensalidade deverão ser entregues até o dia 15 de maio. O paga-

mento. Os sócios deverão efetuar o pagamento da 1ª parcela através de transferência eletrônica ou depósito identificado para a conta do sindicato (BB Agência 1613-6 Conta 36775-3).



## EXAME ANTI-DROGAS

No dia 6 de maio, o Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a Resolução 015/2009, que altera as regras para a classificação final, nomeação e posse de servidores concursados para cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado. O TJMA aprovou a inclusão de exames anti-drogas no laudo pré-admissional para os novos servidores concursados, mas decidiu não exigir os mesmos exames para os assessores de magistrados e desembargadores. O Sindjus vai recorrer ao CNJ para garantir que os exames anti-drogas sejam exigidos de todos os servidores do Tribunal, inclusive para magistrados.



## DESCOMPRESSÕES



Segundo informações do diretor de recursos humanos do TJMA, Aurino Rocha, o Tribunal finalizou o pagamento das descompressões. Porém, foram identificados problemas na documentação de 36 servidores e, por conta disso, não foi possível fazer o cálculo para o pagamento desses casos. O diretor garantiu que os problemas estão sendo resolvidos e que cada processo está tramitando individualmente. Os 36 servidores vão receber suas descompressões com os devidos retroativos. Ao todo o TJMA gastou 7 milhões e 763 mil reais com o pagamento das descompressões. Foram 242 processos de descompressões referentes aos ofícios de justiça e mais 547 processos dos demais servidores.

## AGRADECIMENTOS

O presidente do Sindjus agradece a recepção dos funcionários da 4ª Vara da Fazenda Pública que, gentilmente, receberam o presidente e concederam uma cópia da decisão do juiz Megbel Abdala sobre a ação popular, impetrada pelo deputado Ricardo Murad, pedindo a anulação dos créditos suplementares decretados pelo ex-governador Jackson Lago. O Sindjus também agradece a equipe da folha de pagamento pela disponibilidade em atender a imprensa do sindicato e pelas informações prestadas para este jornal.



## NÍVEL SUPERIOR

Na sessão plenária do dia 31 de março, o Conselho Nacional de Justiça confirmou a exigência de formação universitária para provimento do cargo de Escrivão Judicial ou cargo equivalente de Secretário Judicial, em todas as varas judiciais e juzizados especiais do Tribunal de Justiça do Maranhão. A

decisão do CNJ foi tomada a partir de consulta feita pelo Sindjus no dia 8 de outubro de 2008. O CNJ estabeleceu um prazo de máximo de 6 meses para o cumprimento desta decisão pelo TJMA.

O Sindjus recebeu denúncias de que alguns juízes não estariam informando que existem servidores portadores de nível superior disponíveis em suas comarcas para provimento desses cargos. A diretoria do Sindjus decidiu comunicar as denúncias, acompanhadas com as devidas provas, ao Conselho Nacional de Justiça.